



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Ribeiro Corossacz, Valeria

Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio
Revista Estudos Feministas, vol. 22, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 521-542
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38131661007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Valeria Ribeiro Corossacz

Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia (Itália)

Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio

Resumo: Neste artigo, discuto as experiências de aprendizado de uma sexualidade heterossexual, racializada e classista através da análise de relatos biográficos de um grupo de homens entre 43 e 60 anos, do Rio de Janeiro, que se autodefinem como brancos. Em particular, examino os relatos dos entrevistados sobre aquelas que, durante a entrevista, foram definidas como “relações sexuais de iniciação” com trabalhadoras domésticas e, em menor escala, com prostitutas, tidas durante a adolescência. Trata-se da análise de uma relação de poder descrita por quem a exerceu. A análise das entrevistas evidencia como essas experiências não só contribuíram para a produção da sexualidade dos homens entrevistados, mas também são elemento central na definição do pertencimento de classe e cor.

Palavras-chave: Brasil; branquitude; intersecção de classe, gênero e cor; homens brancos de classe média; empregadas domésticas.

Copyright © 2014 by Revista
Estudos Feministas.

¹ Agradeço às/ aos pareceristas pelas valiosas indicações.

² Valéria RIBEIRO COROSSACZ 2010a; 2010b; 2012; 2015.

³ A literatura que se ocupou de estudar os grupos sociais mais discriminados (mulheres, negros, pobres, índios) faz surgir nas entrelinhas a figura do homem branco de classe média alta, que goza de um privilégio estrutural – de status, econômico e social – na combinação de racismo, sexismo e desigualdades de classe, entendidos como sistemas sociais e culturais; para algumas referências, ver Carlos HASENBALG e Nelson do VALLE SILVA, 1992; Antônio Sérgio GUIMARÃES, 1999 e 2002; Marcelo PAIXÃO, 2003; Márcia LIMA, 1995; Cristina BRUSCHINI e Maria Rosa LOMBARDI,

Introdução

Neste artigo,¹ discuto as experiências de aprendizado de uma sexualidade heterossexual, racializada e classista através da análise de relatos biográficos de um grupo de homens entre 43 e 60 anos, do Rio de Janeiro, que se autodefinem brancos. O material que apresento faz parte de uma pesquisa conduzida entre 2009 e 2012 sobre a branquitude e a masculinidade,² entendidas como construções sociais e posições de privilégio estrutural dentro das relações entre grupos de cor e entre sexos na sociedade brasileira.³ A branquitude pesquisada surgiu como uma posição de domínio, expressa em diversos planos, embora se autorrepresentasse como transparente e neutra.⁴

Em particular, analisarei os relatos dos entrevistados sobre aquelas que, durante a entrevista, foram definidas como “relações sexuais” com trabalhadoras domésticas (empregadas) e, em menor escala, com prostitutas, tidas durante a adolescência. Muitas vezes, essas relações são narradas como uma iniciação sexual. Na elaboração das

2002; e Peggy LOVELL, 2006.

⁴ Sobre a branquitude como condição que percebe a si mesma como neutra, ver, entre outras, Ruth FRANKENBERG, 2001; e Sara AHMED, 2004; para o contexto brasileiro, ver, entre outros, Alberto GUERREIRO RAMOS, 1957; Edith PIZA, 2000 e 2003; e Liv SOVIK, 2010.

entrevistas, a definição de relações sexuais referida às relações com a empregada me pareceu desviante, pois se trata de formas de abuso sexual ou de estupro, descritas pelos entrevistados em sua violência, ainda que consideradas “normais”. Trata-se, portanto, da análise de uma relação de poder descrita por quem a exerceu. A empregada e a prostituta são duas figuras de mulheres a quem socialmente são atribuídos papéis diversos: a primeira é paga para desenvolver trabalhos domésticos, entre os quais também parece estar incluída a disponibilidade sexual; a segunda é paga para uma prestação sexual estabelecida. Trata-se de duas experiências diferentes: com a prostituta, a relação sexual ocorre com base em um acordo explícito, enquanto com a empregada, nas palavras dos próprios entrevistados, trata-se de uma relação imposta, de uma forma de domínio. Ao analisar os trechos das entrevistas, evidenciarei de que modo se dá uma continuidade no papel das duas figuras, que diz respeito justamente à produção da sexualidade dos homens entrevistados, que, por sua vez, é elemento central na definição do pertencimento de classe e cor.⁵

Em seu estudo sobre a classe média urbana brasileira no período 1920-1950, o historiador Brian Owsensby⁶ observa como valores e comportamentos associados à modernidade se combinavam com aqueles mais tradicionais da hierarquia social, permitindo que estes se renovassem justamente em um estilo de vida percebido como moderno. Apesar da breve diferença temporal, essas considerações introduzem o contexto social do qual provêm os entrevistados: um ambiente urbano, abastado ou de famílias que investem em um processo de ascensão social, inclusive através dos estudos universitários dos filhos, no qual, porém, estão presentes elementos que remetem a relações hierárquicas tipicamente coloniais, representadas primeiramente pela presença de diversos trabalhadores domésticos, entre os quais a mulher que se ocupa da casa e/ou de cuidar dos filhos e que tem um papel central. Segundo o próprio Owsensby, a figura da trabalhadora doméstica representa um elemento central para a afirmação da identidade da classe média, pois marca a distinção entre uma classe que não se deve ocupar do trabalho manual e outra que, ao contrário, é destinada a encarregar-se dele. Encontramos considerações semelhantes também em trabalhos antropológicos mais recentes. Goldestein considera que “o espaço” das relações entre o empregador e o trabalhador doméstico é, de fato, um local de formação e distinção de classe”,⁷ e Brites sustenta que o trabalho da empregada “liberta os pais e os filhos para promoverem um projeto familiar típico da classe média”.⁸ O trabalho doméstico desenvolvido pela empregada indica justamente como a desigualdade e as relações de trabalho

⁵ Este artigo é a continuação de um trabalho, a ser publicado em 2015, no qual me detenho nas analogias e diferenças encontradas pelos meus entrevistados entre suas experiências sexuais com a empregada e o papel que a figura da mulata teve na narração e na celebração da identidade nacional no texto de Freyre, *Casa grande e senzala*.

⁶ Brian OSWENBSY, 1999.

⁷ Donna GOLDESTAIN, 2003, p. 67.

⁸ Jurema BRITES, 2007, p. 97.

⁹ BRITES, 2004.

não capitalistas podem ser o traço distintivo de uma classe média que se (auto)percebe como elemento de modernidade.⁹

Os entrevistados e a entrevista

Os homens entrevistados vivem em apartamentos próprios, em alguns dos bairros mais ricos da Zona Sul, que, por sua vez, é a área mais valorizada da cidade. Todos têm diploma de terceiro grau, e alguns, doutorado – títulos que lhes permitiram obter um perfil profissional qualificado, um relativo *status social* e um bem-estar econômico.

Dos 21 homens entrevistados, 3 têm relações afetivas e sexuais com homens, um não exprimiu uma posição clara, dando a entender que teve relações tanto com homens quanto com mulheres, e os outros 17, com mulheres. No momento da entrevista, dois não tinham nenhuma relação afetiva, os outros eram casados, viviam com um parceiro ou tinham uma relação estável, todos com pessoas definidas por eles próprios como brancas. Os entrevistados em idade madura estabeleceram relações afetivas duradouras somente com pessoas brancas. Os que têm filhos os tiveram com mulheres brancas e definem os próprios filhos como brancos. A presença de mulheres negras na vida sentimental dos entrevistados é limitada: apenas 3, na juventude, tiveram uma relação longa com uma mulher definida por eles como negra. É mais comum entre os entrevistados (5) ter tido, sempre na adolescência, relações breves com jovens definidas como negras, que encontraram na rua, em festas e raramente na escola. Em geral, tratava-se de relações em que ocorriam contatos性uais. Por fim, 6 tiveram relações sexuais ocasionais com mulheres definidas como negras, e 2 com homens negros. A partir desses dados, confirmar-se-ia o estereótipo da mulher negra ou mulata como possível parceira sexual, mas não como companheira com a qual fundar uma família.

No momento da entrevista, todos os entrevistados, tanto os solteiros quanto os casados, tinham uma ou mais mulheres que se ocupavam de cuidar da casa com tarefas diversas, que podiam ir da gestão total da casa (limpeza, controle da despensa, preparo das refeições) e de cuidar de eventuais filhos até tarefas mais circunscritas (passar roupa, limpar, cozinhar). Em alguns casos, a empregada vivia na casa do entrevistado, mas, na maior parte dos casos, ia ao trabalho diariamente. Nas entrevistas, a gestão da casa aparece como uma atividade completamente delegada à figura da empregada e da mulher.¹⁰ O fato de o trabalho doméstico ser uma atividade desenvolvida por pessoas externas à família (e não compartilhada dentro dela) é considerado normal e desejável na sociedade brasileira.¹¹

¹⁰ Considerações semelhantes em BRITES, 2007; e Patrícia PINHO e Elizabeth SILVA, 2010.

¹¹ GOLDESTEIN, 2003; BRITES, 2007; e PINHO e SILVA, 2010.

Quase todos os entrevistados falaram de modo desenvolto de suas experiências com prostitutas e empregadas, embora eu fosse uma mulher desconhecida. Creio que a facilidade para tratar esse tema devia, em parte, ser relacionada a meu estatuto de pessoa ao mesmo tempo externa a seu mundo (pelo fato de eu morar na Europa) e interna a ele, pois, como brasileira, fui identificada como uma pessoa da mesma cor, do mesmo ambiente social e com as mesmas experiências. Em parte, creio que essa desenvoltura devia ser atribuída ao estatuto de “normalidade” reconhecido a esse tipo de relações, embora os entrevistados tenham insistido em especificar que amadureceram uma posição crítica com a idade e em consequência das mudanças culturais e sociais. Por parte dos entrevistados, prevaleceu em relação a mim uma forma de reconhecimento no plano da classe e da cor, de modo que não se percebesse como provável a possibilidade de eu me sentir, com base no gênero, próxima da empregada. Nenhum entrevistado manifestou vergonha ao contar formas de violência para com outras mulheres, excluindo, portanto, a possibilidade que esses relatos pudessem gerar tensão ou conflito com a entrevistadora. Para entender o quanto a classe e a cor fizeram desaparecer o gênero, poder-se-ia inverter a situação e imaginar se os entrevistados teriam tido o mesmo grau de desenvoltura ao contar a uma entrevistadora negra de classe popular episódios de violência racista. Nesse caso, teria sido mais forte o temor de serem identificados como racistas pela entrevistadora, uma vez que se reconheceria a possibilidade de ela se identificar com as vítimas das agressões racistas. Essa observação permite avaliar as diversas formas em que se combinam as hierarquias de sexo, classe e cor na experiência da entrevista, assim como em toda a vida dos entrevistados.¹²

¹² No feminismo, a teoria da interseccionalidade é uma das abordagens mais interessantes sobre o estudo das múltiplas formas de opressão e de identidade – de gênero, cor, classe e sexualidade –, entendidas como processos sociais (ver Leslie McCALL, 2005; Jennifer NASH, 2008; e Danièle KERGOAT, 2009). Todavia, Nash nota como essa abordagem não inclui a análise de sujeitos sociais privilegiados, como é o caso desta pesquisa (2008).

As trabalhadoras domésticas nos anos 1960/1970

Para compreender os relatos dos entrevistados, é necessário ter um quadro da situação das trabalhadoras domésticas no período a que se referem as experiências narradas. Nos últimos anos, a literatura científica sobre as trabalhadoras domésticas desenvolveu-se muito em consequência das lutas das associações de trabalhadoras domésticas e das mudanças econômicas e culturais que atravessam a sociedade brasileira. Todavia, trata-se de um material que se refere às últimas décadas e que, portanto, pouco se presta a compreender as especificidades da situação vivida pelos entrevistados. Além disso, a literatura se concentra em diversos temas, como as condições de trabalho, os níveis salariais, a relação entre empregadora e

¹³ Considerações semelhantes são feitas por Rosana dos SANTOS (2009) em seu trabalho sobre a violência contra as empregadas, cometida pelos empregadores, incluídos dois casos de estupro, um dos quais cometido pelo filho do empregador, em alguns processos judiciais entre 1959-1983.

¹⁴ BRITES, 2007, p. 102. GODESTEIN (2003, p. 298) também faz uma breve referência ao assunto, afirmando que se trata de um comportamento comum. Segundo a pesquisa de Joaze BERNARDINO-COSTA, Ângela FIGUEIREDO e Tânia CRUZ (2011), que inclui a questão dos abusos sexuais no roteiro das entrevistas, trata-se de uma violência ainda comum.

¹⁵ Hildete Pereira de MELO, 1989, p. 247.

¹⁶ Anazir Maria de OLIVEIRA e Odete Maria da CONCEIÇÃO, 1989, p. 365.

trabalhadora doméstica, mas não me foi possível encontrar pesquisas que aprofundassem o objeto deste ensaio, ou seja, a exigência, por parte dos homens da família para a qual trabalha, de que a trabalhadora doméstica prestasse serviços sexuais.¹³ Brites alude a esse fato e, em sua pesquisa, manifesta surpresa em relação ao silêncio em torno desse tema.¹⁴ Esse dado levanta questões, devido à extensão do fenômeno, a julgar pelo que narram os entrevistados. Além disso, há que se notar o amplo espaço dedicado a esse tipo de relações sexuais em uma vasta literatura, a partir das relações que o dono dos escravos impunha às próprias escravas durante a época colonial, descritas no trabalho seminal de Freyre.

De forma geral, o tema dos abusos sexuais é tratado apenas através de breves referências, raramente considerado em si um objeto de pesquisa. Essa ausência pode ser explicada pelas dificuldades, de diferente natureza para as pesquisadoras e para as trabalhadoras, em enfrentar uma violência historicamente naturalizada. Graças às lutas das trabalhadoras domésticas e das mulheres negras sobre os temas do sexismo e do racismo, houve mudanças nos comportamentos, e esses abusos podem ter diminuído. Muitos entrevistados insistiram em especificar que consideravam suas experiências a esse respeito não representativas daquelas dos homens mais jovens.

Uma pesquisa feita por Hildete Pereira de Melo oferece informações importantes sobre os anos a que se referem as entrevistas: o trabalho doméstico é uma das principais atividades para as mulheres sem instrução e não qualificadas, e para as mulheres que migraram do campo para as cidades é um canal de socialização com a cidade, mas também uma forma para obter uma casa, alimento e uma família.¹⁵ Com efeito, muitas trabalhadoras domésticas viviam na casa em que trabalhavam. A retribuição consistia em um salário mensal, do qual muitas vezes uma parte era contabilizada em alimento e abrigo, mas não era raro que ambos fossem entendidos como única forma de retribuição. As condições de vida e de trabalho dessas mulheres eram caracterizadas por uma jornada de trabalho sem horários (também devido ao fato de viverem onde trabalhavam), pelo isolamento, pela inserção forçada na família e em suas dinâmicas e, não por último, por serem obrigadas a ter como único espaço pessoal um quarto de poucos metros, muitas vezes sem janela, com uma abertura para a ventilação, situado próximo à cozinha. Em 1963, as associações de categoria pediam um horário fixo de trabalho, um dia livre por semana, um salário justo e um contrato de trabalho,¹⁶ e somente uma parte dessas exigências foi satisfeita com uma lei de 1972. Em 1983, as associações ainda lutavam, entre outras coisas, por uma

¹⁷ OLIVEIRA e CONCEIÇÃO, 1989, p. 370.

¹⁸ Segundo Santos, o fato de morar na casa dos empregadores, de vir de outras localidades e de encontrar-se em condições econômicas precárias determinava a impossibilidade de denunciar as violências sexuais sofridas (2009, p. 101).

¹⁹ A partir dos anos 1980, o movimento negro denunciou como a falta de dados institucionais sobre a cor era um modo de reproduzir o racismo. Hoje se calcula que 61% das trabalhadoras domésticas sejam negras (Maria Betânia ÁVILA, 2010, 129).

²⁰ MELO, 1989, 249.

²¹ MELO, 1989, 262 e 264.

jornada de trabalho de oito horas, por um salário mínimo, por um dia livre por semana e por 30 dias de férias, como os outros trabalhadores.¹⁷ Em ambos os textos citados faltam referências à questão do abuso sexual por parte dos homens da família em que trabalhavam as trabalhadoras domésticas. Em minha opinião, esse silêncio deve ser interpretado como uma impossibilidade de nomear e, portanto, de denunciar¹⁸ esse tipo de violência, e não como um indicador de sua ausência.

De grande relevância para esta pesquisa são as considerações relativas à cor: de Melo lembra como os dados censitários à disposição na época não trazem a informação sobre a cor no que se refere ao trabalho doméstico retribuído, embora sejam relatadas algumas pesquisas que registravam diferenças substanciais nos salários segundo a cor. Essa ausência de dados institucionais não deve ser lida como uma cegueira diante da variável sociológica da cor, e sim como uma forma de negação de sua relevância social através de sua naturalização.¹⁹ Na ausência de dados sobre a cor das trabalhadoras domésticas, devemos nos valer de outro tipo de testemunho:

Se visitarmos as cozinhas das classes média e alta, geralmente encontraremos apenas mulheres negras e mulatas como domésticas. Pode-se concluir que, no Brasil, os negros saíram de suas senzalas diretamente para o serviço doméstico remunerado.²⁰

Essa continuidade entre a figura da escrava e a da trabalhadora doméstica, representada pela cor implícita na definição de escrava e de classes média e alta, é um dos temas mais recorrentes nas análises sobre o trabalho doméstico e de cuidado. Alguns testemunhos, recolhidos por de Melo, de feministas da classe média alta – cuja cor não é especificada, mas se subentende que seja branca – que falam de suas experiências com as trabalhadoras domésticas, definem essa atividade como “algo entre o trabalho pago e a escravidão”, “uma relação feudal com obrigações recíprocas” e “o pior tipo de trabalho possível”.²¹ A essas declarações, pode-se aproximar a lembrança de Antônio (1954), um entrevistado que não teve relações sexuais com empregadas e que, quando jovem, vivia em uma região popular da cidade. A mãe de uma amiga sua dizia: “A boa empregada tem de ser preta, gorda e manca”, e explica: “Porque era subserviente. Gorda porque era boa cozinheira. E manca porque não podia ir longe da cozinha”. A cor negra parece comportar automaticamente a submissão apropriada à figura da empregada, que, no entanto, só pode ser de todo garantida por um defeito físico que limite sua capacidade de locomoção.

Segundo um estudo recente,

[...] de fato, o trabalho doméstico é – e sempre foi – uma ocupação desempenhada majoritariamente por mulheres e negras. O perfil dessa ocupação remonta não só às raízes escravistas da sociedade brasileira, mas também às tradicionais concepções de gênero, que representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres.²²

²² IPEA 2011, p. 4. Ver também MELO, 1998.

A ideia na base dessa continuidade é que, no Brasil, sempre houve figuras (primeiro escravos, depois trabalhadores domésticos, com a constante prevalência de mulheres não brancas) disponíveis a cuidar da casa das classes dominantes, representadas pelos brancos, e gerí-la. As formas em que se construiu essa continuidade são estratificadas e de difícil reconstrução não apenas pela falta de dados quantitativos, mas também pelo modo como esse tipo de relação de trabalho foi englobado no senso comum, aceito e tornado “natural”. Tentarei oferecer alguns elementos para pesquisar essa continuidade através da análise do outro sujeito da relação de trabalho aqui considerada, o sujeito que costuma permanecer à sombra, ou seja, o homem branco de classe média alta.

“Considerado normal, normalíssimo”

Um dos objetivos da minha pesquisa era examinar de que maneira os entrevistados foram socializados durante a infância e a adolescência a modelos de masculinidade e que perspectivas tinham sobre tais modelos no momento da entrevista. A esse respeito, um dos temas mais tratados pelos meus interlocutores é o início da atividade sexual, durante a adolescência, com moças e/ou mulheres. A análise dos relatos demonstra que se trata de uma experiência em que se concretizam e se põem em prática modelos de relações sociais que se referem não apenas às relações entre os sexos, mas também às aquelas entre classes e grupos de cor. Dos 21 entrevistados, 10 contaram que tiveram uma iniciação sexual com uma prostituta, e 8, com uma empregada; em 6 casos, o mesmo entrevistado teve relações sexuais tanto com uma prostituta quanto com uma empregada. Entre esses 12, estão presentes 2 dos 3 entrevistados que tiveram relações afetivas com homens e que apenas em idade adulta afastaram-se do modelo de afetividade e sexualidade heterossexual. Por iniciação sexual não se deve entender, necessariamente, a primeira relação sexual com penetração vaginal, mas as primeiras abordagens a uma sexualidade heterossexual. Portanto, dos 21 entrevistados, 7 não tiveram relações sexuais nem com prostitutas nem com empregadas durante a adolescência; um foi evasivo sobre a própria experiência e outro nunca se relacionou com mulheres.

É interessante deter-se no perfil desses 7 homens para depois confrontá-lo com as experiências daqueles que tiveram relações com empregadas e/ou prostitutas. Carlos (1957) viveu no exterior durante a adolescência; Fernando (1957) declara: “*Eu tive sempre muita facilidade, entre aspas, de ter contato sexual com mulheres do meu padrão, do meu nível social... eu nunca precisei*”; Luís (1953) apresenta-se como um homem que desde jovem foi contra os comportamentos padronizados; Mauro (1955) afirma ter sido um rapaz um pouco atrasado do ponto de vista sexual; Renato (1963) pertence a uma igreja pentecostal e teve relações apenas com a esposa; Mino (1953) e Antônio (1954) provêm de famílias de extração social baixa e residentes em zonas mais populares da cidade. Mino, em particular, é o único a ter crescido em uma família sem empregada e, significativamente, afirma: “*Nós não tínhamos [a iniciação sexual com a empregada] não porque éramos bonzinhos. É porque não tínhamos empregada*”. Todavia, esses homens reconhecem esse tipo de relação como um hábito social muito difundido.

O surgimento do desejo sexual pelas moças é narrado como um momento marcado por normas bem precisas: as moças coetâneas do mesmo ambiente social não estavam disponíveis para relações sexuais, sobretudo as que incluíam a penetração. Em diversas entrevistas surge um modelo cultural, segundo o qual, no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970, “*não rolava, as meninas não transavam*” (João, 1954); “*Não era comum você ter garota que transava. Não existia isso*” (César, 1953). Alguns entrevistados especificam melhor de que garotas se trata, ou seja, daquelas do mesmo “nível social” deles, para as quais ter uma relação sexual antes do casamento “*era muito contrário à dignidade delas perante a sociedade*” e “*estrugava a reputação da moça*” (Hamilton, 1953). Segundo Patrício (1951), hoje, “*não que não se vá atrás de uma puta, mas com outros objetivos, não pela falta de disponibilidade. Porque é exótico*”. Diversos entrevistados estabeleceram um nexo entre o fato de que era comum para um rapaz da mesma classe social que eles ter as primeiras relações性uais com uma prostituta ou com uma empregada e a impossibilidade de ter relações性uais com moças do mesmo nível social. A falta de disponibilidade para ter relações性uais com certa categoria de mulheres teria levado os jovens a ter essas relações com empregadas ou prostitutas.

Segundo Mauro, era muito frequente andar com uma prostituta “*ou já ter um esquema combinado com a empregada*”, ou seja, o pai do rapaz dizia à empregada: “*Ô, pode dar uma chegada nele, tira o selinho dele*”. Nenhum dos entrevistados me contou uma situação semelhante, embora vários tenham recordado parentes homens que

tiveram relações com a empregada. No caso relatado por Mauro, haveria uma aparente inversão de papéis, pois seria a empregada, e não o jovem, a tomar a iniciativa; mas, na realidade, esta ocorre a pedido do pai do rapaz. Em geral, o pai tolerava o sexo entre os rapazes e as empregadas. Às vezes, ele ou, mais frequentemente, um parente do sexo masculino, apoiava essa relação, se não nas palavras, nos fatos. A mãe, ao contrário, tinha posições opostas, reprovando esses comportamentos. Todavia, as mães também podiam reproduzir a ideia de que, na base dessas relações, houvesse uma sexualidade masculina “a ser controlada”. À pergunta: se tiveram relações com a empregada, dois dos homens entrevistados responderam que sua mãe escolhia explicitamente empregadas feias para evitar correr esse risco. Deles, um não teve relações com empregadas, outro as teve com empregadas não da sua casa. Como veremos, a beleza da empregada não parece absolutamente ser um aspecto importante para os homens que tiveram relações com elas.

Os entrevistados identificam na “revolução sexual” um momento de ruptura, em que a situação mudou: “*as meninas ficaram mais agressivas, elas passaram a procurar a gente... começaram a nos olhar de frente*” (Mauro). Patrício estabelece uma relação entre o fato de os jovens, como ele, terem as primeiras relações sexuais com as prostitutas e a falta de métodos anticoncepcionais femininos. Em particular, a introdução da pílula, através de uma intervenção na capacidade reprodutiva feminina, marca uma mudança nos costumes, algo sentido por Patrício como uma liberação masculina. Ele lembra que, “*naquela época, as mulheres transavam menos*”, subentendendo as mulheres do seu próprio ambiente social. Na vivência dos entrevistados, essa “revolução sexual” refere-se a um período que compreende os anos 1970 e o início dos anos 1980, quando os efeitos das lutas dos movimentos feministas e de contestação estudantil se fazem sentir.

De fato, boa parte dos entrevistados mais jovens (nascidos em cerca de meados dos anos 1960) teve as primeiras relações sexuais com moças do mesmo “nível social”, embora se trate de uma geração que vive em um “regime misto”, ou seja, no qual ainda era frequente que se praticasse e valorizasse a “iniciação sexual” com uma prostituta ou uma empregada. Essa relação também era vista como momento de passagem, que, para o homem, marca a entrada na idade adulta, e também como atestação de uma masculinidade genuína, verdadeira.²³

É o caso de Alberto (1954), originário do Nordeste e cujas primeiras relações sexuais foram com uma mulher mais velha do que ele, embora seus primos sempre o chamassem para acompanhá-los a um bordel, pedido do qual só conseguia esquivar-se porque era mais novo do que eles.

²³ Muitos recordaram que andar com uma prostituta ou com uma empregada era quase uma obrigação para manifestar que não eram homossexuais.

Sua experiência é percebida em ruptura com o modelo que lhe era proposto: “Construí essa sexualidade a despeito, meio fora da regra da tradição da família, dos primos”. Aos 18 anos, seu pai, mesmo sabendo que ele já tinha tido relações sexuais, leva-o consigo a uma viagem de negócios e insiste para que ele entre em um bordel. Alberto lembra esse episódio como “uma espécie de *iniciação*”, um “*batismo*”: transar com prostituta “era para dar certa marca do heterossexual, do nordestino”. O relato de Alberto oferece novos elementos que nos fazem pensar que a relação sexual com a empregada ou com a prostituta não apenas respondesse a uma falta de “disponibilidade” das mulheres do mesmo ambiente social, mas também revestisse em si um verdadeiro papel de definição da identidade do homem branco, jovem e de família abastada.

No relato de Aécio (1960), encontramos muitos dos elementos até agora considerados. Aos 14 anos, mesmo não se considerando um tipo de jogar fora, a moça que morava no seu prédio não retribuía suas manifestações de interesse, pois namorava um rapaz mais velho. No mesmo período, ele teve diversas experiências com as empregadas, um comportamento considerado “normal”.

A.: Normal. O meu primo oferecia a empregada dele para os amigos e para os primos [fala rindo].

V.: Como é que ele oferecia?

A.: “Vamos lá, vamos comer a fulana!” Chamava para a casa dele [fala rindo].

Aqui, o uso do verbo “comer” indica o ato de apropriar-se sexualmente de uma pessoa, dando a entender que se tratava de um verdadeiro estupro. Aécio também conta que um tio dele, ainda no mesmo período, levava todos os primos a um bordel e pagava para eles, e que ele também os acompanhou algumas vezes. Aos 21 anos, ficou noivo daquela que, alguns anos depois, se tornaria sua esposa.

Também no caso de Leonardo (1961), o encontro com as prostitutas, ocorrido quando já havia tido relações sexuais, é organizado por um parente homem.

L.: Eu devia ter 14 aninhos, e o meu irmão, 13. O meu avô perguntou: “Você já está ejaculando?” “Estou sim, vô.” “Tá, eu levo vocês num lugar maravilhoso... E aí, você quer uma loura, quer uma negrinha?” O que não tinha. Era uma morena ou moreninha. “Eu gosto muito da Wanderlei, a cantora, então, quero uma loura.” E aí foi muito engraçado... Ela me levou para o quarto e, quando chegou no quarto, tirou a peruca. Não era loura. Tirou as duas dentaduras, colocou num copo d’água... Foi bem interessante. Eu estava muito canalizado, a minha testosterona estava no teto.

Nas palavras de Leonardo, é explícita a representação de uma sexualidade masculina, vista pelo avô e sentida por ele próprio como puro aspecto fisiológico, hormonal, que se impõe como uma necessidade à qual se deve encontrar uma resposta adequada. Em seu relato, Leonardo se refere à cor da mulher, que, nesse caso, passa pela classificação dos cabelos. Aqui, loura indica uma tipologia de mulher branca muito valorizada, correspondente ao perfil europeu.²⁴ Na realidade, a loura em questão se revela um blefe, não apenas pelo uso da peruca, mas também pelo indicador social da dentadura. Todavia, em geral, o grande ausente nos discursos relatados e nas entrevistas em seu conjunto é a cor das mulheres nomeadas e a própria cor como elemento central na autopercepção. Embora muitos tenham afirmado que a empregada é, por definição, negra, a cor da empregada específica, relembrada durante a entrevista, raramente é mencionada, de maneira que o que é apagado é o peso da cor (própria e a da empregada) na relação individual.

O par empregada/prostituta não esgota a possibilidade de uma iniciação sexual com uma mulher de classe social mais baixa. Enquanto falamos da recorrência nas minhas entrevistas de relatos de iniciação sexual com empregadas ou com prostitutas, Patrício introduz a figura da menina que “dava para todo o mundo. Uma biscatinha. Que geralmente nem era da mesma classe social”. Nesse caso, o fato de ter relações sexuais com diversos homens define a moça como prostituta na ausência de uma transação econômica. Note-se como Patrício especifica que não se tratava de uma mulher da mesma classe social, subentendendo que se tratava de uma moça de extração social mais baixa. Outro entrevistado, Mino, recorda a mesma tipologia de moça: “Sempre tinha uma menina ou outra que, na época, era vista como a que dava para todo o mundo. Porque bastava ser uma menina um pouco mais liberada, um ou outro chegava e contava para todo o mundo”. Porém, no relato de Mino temos um importante deslocamento do ponto de vista: não era tanto “uma que dava a todo o mundo”, mas que era “vista” dessa maneira, devido a uma maior liberdade sexual, sancionada no modo como era representada (ou seja, definida) pelos rapazes. No relato de Mino, falta a referência à classe social, talvez também em consequência do fato de que Mino cresceu em uma região de classe popular muito distante da Zona Sul em que vive hoje. E talvez justamente por sua posição “periférica”, Mino ofereça uma leitura das relações sexuais entre empregada e rapazes em termos de classe social: “Se você subir para a classe média, que tinha empregada, certamente você vai encontrar inúmeros relatos do menino que teve iniciação sexual com a empregada”.

²⁴ No Brasil, a textura e a cor dos cabelos são um dos principais traços para definir a cor de uma pessoa.

Dos trechos relatados emerge uma representação da sexualidade dos homens jovens e brancos de classe média alta, marcada pela dimensão da urgência de se realizar, diante da qual toma forma uma hierarquia de mulheres e de sua sexualidade. De um lado, estão as mulheres do mesmo ambiente social e, portanto, brancas, às quais não é permitido ter relações sexuais fora do casamento, ou seja, sem uma finalidade reprodutiva, e cuja sexualidade não tem o mesmo caráter de urgência quando aparece na puberdade. De outro, as mulheres de extração social inferior (empregadas, prostitutas, biscatinhas), cuja sexualidade tem a função de satisfazer as exigências da sexualidade masculina – nesse caso, de um grupo específico de homens – e é narrada como de serviço.²⁵ Na realidade, justamente o fato de que essas mulheres são excluídas da possibilidade de se tornarem esposas dos homens brancos de classe média alta, por serem de classe e/ou cor inferior, torna possível e justificável, dentro de um quadro bem preciso, a relação sexual “mista” do ponto de vista da cor. Por um lado, essa relação é valorizada na narração nacional da mestiçagem (através da figura da mulata sensual); por outro, é vivida individualmente como disponibilidade sexual da mulher negra e pobre, ou seja, é vivida pelo homem branco como uma experiência de domínio dentro das hierarquias de classe, cor e gênero.

Para todas as mulheres nomeadas, não é a cor, e sim a classe social, o elemento prevalentemente característico, embora a classe social tenha um conteúdo de cor.²⁶ Em se tratando sempre de uma sexualidade de serviço, a diferença entre as mulheres de classe inferior não é feita pela presença da remuneração (distinção entre empregada e prostituta), mas pelo fato de que há certa forma de consenso com a relação sexual, como é o caso das prostitutas. Vejamos, então, como a experiência sexual com a empregada foi vivida e narrada a mim como forma de domínio.

“Submetida ao seu poder”

Nas entrevistas, são raros os relatos de como ocorria a relação ou as bolinações com a empregada. Porém, os entrevistados se detiveram no contexto social em que essas relações aconteciam. Muitos homens descreveram uma situação de relações de poder, em que a mulher empregada era completamente submetida aos desejos dos empregadores.

Leonardo, que é ator, cresceu no Norte do país, em uma família que tinha motorista, babá e empregada, pessoas pelas quais nutriu muito “afeto”. Na adolescência, teve relações tanto com prostitutas quanto com empregadas, e fala desta última experiência da seguinte forma:

²⁵ Não se deve excluir o fato de que também a sexualidade das mulheres da mesma classe social dos entrevistados, dentro das relações matrimoniais, fosse uma sexualidade de serviço, ou seja, experimentada com base nas necessidades prioritárias do marido. Sobre esse aspecto, não recolhi testemunhos.

²⁶ Cecilia MACCALLUM, 2005.

V.: *Eu queria saber mais sobre essa figura da empregada. Como é que ela era vista?*

L.: *Como pessoa com quem era possível [fazer de] tudo, ainda mais... era muito louco, né? Ela podia ceder a qualquer coisa que fosse acionada. Porque era uma empregada, e a gente aprendia que ela era inferior, infelizmente. Então, ela podia servir, inclusive sexualmente, se fosse necessário...*

... porque eu vivi isso com toda a minha origem familiar, de avô, de pai, que as pessoas eram inferiores e que a gente tinha de usá-las. E que a gente era melhor por isso, por isso e mais aquilo. Fomos praticamente catequizados.

A descrição de Leonardo é particularmente clara ao definir a posição hegemônica em que ele se encontrava junto com sua família: uma posição de superioridade social, sentida como legítima e transmitida através da educação. A presença de inúmeros trabalhadores domésticos é um elemento crucial para essa autopercepção. Ainda no final do século passado, Goldestein observava que, “quanto mais trabalhadores uma pessoa emprega [...], mais prestígio econômico e social ele ou ela exibe”.²⁷ Leonardo tem consciência da estrutura hierárquica na qual ele e sua família se inserem, ocupando uma posição próxima ao ápice: brancos, de classe média alta, cercados por trabalhadores domésticos. Para o homem de classe abastada, a empregada é a figura que permite produzir e confirmar essa superioridade ao mesmo tempo social, de gênero e de cor. Anteriormente na entrevista de Leonardo, ao responder a uma pergunta minha, ele define todas as pessoas encarregadas dos trabalhos domésticos como “morenas”. Portanto, embora não caracterizada pela cor, a figura da empregada tem uma cor específica nas lembranças de quem fala. Assim como outros entrevistados, Leonardo reafirma a ideia de que a empregada estava inteiramente à disposição, também através do serviço sexual, prestado quando se mostrasse necessário. A dimensão da necessidade parece aqui remeter justamente àquela ideia de uma sexualidade masculina *naturalmente* excedente, à qual também *naturalmente* responde à função da empregada. Esta é descrita mais como uma coisa (podia ceder “a qualquer coisa que fosse acionada”) do que como uma pessoa.

César, que é médico e professor universitário, sem parceiro no momento da entrevista, mas tendo nas costas uma longa história com um homem, conta suas experiências com as empregadas na época em que era jovem, quando ia para a casa da família paterna no interior.²⁸ Quando jovem, ia para a casa da família paterna em um estado do interior. Na entrevista, a fazenda da família paterna é descrita como parte de um mundo rural ainda profundamente ligado às relações de escravidão.

²⁷ GOLDESTEIN, 2003, p. 68.

²⁸ No Rio, ao contrário, as relações sexuais na adolescência eram com prostitutas.

C.: Era muito comum comer uma empregadinha negra. Eu me lembro de que fiz isso e não gostava, eu não gostava. Eu tinha pena; na verdade, eu tinha pena delas, entendeu? Porque elas eram obrigadas a dar para os patrões. Eu não sei se elas gostavam ou não, mas eram obrigadas a dar para os brancos, os patrões. E eu não me sentia bem com aquela história. E os meus primos e tios comiam muito aquelas empregadas todas.

César prossegue explicando que se tratava de uma ação coletiva: nunca ia sozinho, e sim com um grupo de primos, às vezes também como forma de punição se uma empregada tivesse se recusado a ter relações. Nessa idade, César sentia com muita intensidade a pressão para demonstrar que “era homem”: “Aquilo para mim era um sofrimento, eu não gostava daquela história”. Em seu relato, o sofrimento é dado pela percepção da relação de domínio e violência, que é declinada em um duplo registro: a violência que ele sofria ao ser obrigado a ter uma relação sexual com uma mulher, e a violência que ele exercia contra essa mulher e que às vezes não conseguia cumprir, pedindo-lhe para não contar aos outros. No relato de César, os sujeitos são representados pela cor (a empregada negra, os patrões brancos) e propõem uma realidade muito nítida, em que há uma completa sobreposição entre hierarquias de classe, cor e gênero. A cor é aqui mais “evidente” porque mais carregada de significados nas relações sociais, talvez porque em um contexto rural ainda fortemente marcado pelas relações coloniais.

O elemento que mais impressiona nesses trechos da entrevista, assim como outros não citados, é a descrição muito precisa que esses homens fazem da relação de poder que lhes permitiu exercer uma violência contra as empregadas. Há consciência de que se tratava de uma forma de violência e, ao mesmo tempo, não há nenhuma forma de censura nem de embaraço: o que se revela é uma aceitação da assimetria das relações de sexo, classe e cor descritas, como um fato inevitável, intrínseco ao mundo. Esse comportamento implica a percepção de uma situação “normal”, por mais que hoje possa parecer detestável. Por sua vez, essa sensação difundida de “normalidade” também deve ser relacionada a outro hábito, igualmente radicado, de se considerar normal que o trabalho doméstico seja realizado por uma mulher de fora da família e negra.

Aécio, economista, casado e residente em um dos bairros mais ricos da cidade, explica do seguinte modo sua experiência:

V.: Achava totalmente normal?

A.: (rindo) Se você for ver hoje, realmente não é normal, mas era o dia a dia.

V.: Por que na época era considerado normal?

A.: Acho que... Não é mais considerado normal?

V.: Não sei...

A.: Eu também não sei (rindo), porque não faço isso há muito tempo, mas é normal porque, sei lá, é essa coisa de poder, né? De... você é um adolescente, ela está ali, disponível, e é submetida ao seu poder, né? Então, é muito fácil acontecer, é muito fácil. É exercer o poder realmente.

Na descrição de Aécio, a relação sexual com a empregada é algo que acontece de modo espontâneo, quase automático, como se já fosse determinada: por um lado, a empregada “está ali, disponível”, quase como uma coisa a ser pega; por outro, ele é um adolescente que tem poder e o exerce. Fábio (1965), professor de economia, casado, também coloca esse tipo de relação em um quadro “hormonal”. Fábio é um dos entrevistados que conta que dava alguns “amassos” na empregada, mesmo afirmando que, na sua casa, a partir do pai, havia um “respeito absoluto” a essa figura.

Mas eu acho que é isso, que você percebe que aquela ali tem... uma negra sobre quem você tem domínio. Ainda mais, é uma mulher. E, no mais, você tem uns hormônios ali que estão te mandando. Tem o seguinte: se eu, na adolescência, estivesse na rua com os amigos e passasse uma branca... Eu vou botar assim: alguém que eu entendesse que era do mesmo nível que eu, apesar de mulher, tá, eu não ia mexer com ela. Mas se passasse uma mulata, eu era capaz de mexer com ela.

Quanto a esse trecho, é necessário destacar a preponderância da variável cor sobre a da classe: a empregada não é definida como tal, mas como negra. Aqui, na realidade, os dois termos parecem quase intercambiáveis, indicando sempre o mesmo sujeito: negra é um traço incluído no significado sociológico de empregada. Além disso, é justamente a variável da cor que evidencia a contradição do discurso de Fábio: os hormônios realmente parecem impor-se apenas diante de uma negra ou mulata, enquanto são domados diante de uma mulher branca, ou melhor, “do mesmo nível”; todavia, também a mulher do mesmo nível não pode estar completamente em pé de igualdade: “Alguém que eu entendesse que era do mesmo nível que eu, apesar de mulher”. A análise de Fábio é muito lúcida ao descrever as hierarquias de classe, cor e sexo e é particularmente interessante porque pode aproximar-se de outros momentos da entrevista em que ele, que ocupava importantes cargos acadêmicos, exprimiu posições nítidas contra o sexismo e o racismo dentro da universidade.

Esses trechos das entrevistas citadas restituem a intricada sobreposição das hierarquias de cor, sexo e classe, típica da sociedade brasileira, da qual emerge a figura do

homem jovem e branco de classe média como aquele que ocupa uma posição hegemônica: em relação às mulheres do mesmo nível que o seu, àquelas mais pobres e não brancas e aos trabalhadores domésticos. Muitas vezes, para dar uma interpretação a essa relação de domínio, à posição hegemônica, os entrevistados evocaram o passado colonial como uma matriz cultural ainda atual. Mário (1963), jornalista e professor universitário que teve uma relação com uma empregada, que não era da sua casa, explica: “*Eu acho que, de alguma maneira, continua existindo [essa relação sexual], após a escravidão, dentro da sociedade. Era uma figura disponível. Era uma mulher dentro de casa, submissa, e que estaria disponível sexualmente*”. O serviço sexual torna-se quase constitutivo da submissão própria do trabalho doméstico. Também em pesquisas recentes encontramos esse tipo de visão do vínculo que mantém unidos trabalho doméstico, cor e escravidão.²⁹ Segundo Goldestein, existe “um discurso reconhecível que associa trabalho doméstico a pele escura e pele escura a escravidão, sujeira, feiura e posição social”³⁰

²⁹ Suely KOFES, 2001.

³⁰ GOLDESTEIN, 2003, 73.

Conclusões

A empregada, cuja cor muitas vezes permanece à sombra, mas que se descobre negra ou mulata, nunca é apresentada nesses relatos como um objeto sensual, não é descrita como uma sedutora à qual não se podia resistir. Portanto, não corresponde àquela figura da mulata cujos dotes sexuais são valorizados na literatura e na cultura brasileiras,³¹ a ponto de ser considerada um produto da ideologia nacional da democracia racial,³² e fantasia erótica e exótica que distingue o Brasil e seu modelo de sexualidade.³³ Não registrei nenhum comentário sobre a empregada nem sobre a prostituta que remetesse à figura da mulata como erotização da desigualdade.³⁴ Nas palavras dos entrevistados, há somente desigualdade e nenhum elemento erótico. Em particular, a empregada aparece como uma mulher de quem se tem o direito de apropriação, inclusive do ponto de vista sexual, justamente por sua condição, a qual é descrita como de total submissão, que, por sua vez, parece torná-la pouco atraente como objeto sensual.³⁵ A esse respeito, é interessante retomar as observações de Brites, segundo a qual o fato de a empregada não ser considerada um objeto sexual pelos homens entrevistados deveu-se à sua amostra de pesquisa, composta por uma classe média intelectual urbana, em que “o imaginário sexual tenda, cada vez mais, a ser marcado por fronteiras de classe”³⁶. Ao contrário, no caso dos homens entrevistados, também urbanos e intelectuais, as fronteiras de classe eram estabelecidas justamente através desse tipo de relação de apropriação.

³¹ Mariza CORRÊA, 1996.

³² Sonia GIACOMINI, 1994; GOLDESTEIN, 2003.

³³ GIACOMINI, 2006; GOSDESTEIN, 2003.

³⁴ Ângela GILLIAM, 1995.

³⁵ Cabe ressaltar que, nessa percepção dos homens, as empregadas são meros objetos passivos, e não sujeitos que têm capacidade de ação. Essa percepção nega às empregadas a possibilidade de resistir e, de fato, é parte do exercício de domínio.

³⁶ BRITES, 2007, 102-103.

De todo modo, há uma constante: as empregadas são sempre vistas como inferiores, mas, no caso desta pesquisa, a superioridade do homem é praticada (*performed*) através da relação imposta, enquanto no caso de Brites a possibilidade de tal relação seria sentida como degradante.

Estamos diante, portanto, de um sujeito que é reconduzido ao seu sexo, visto como à disposição em consequência da classe social e do trabalho desenvolvido. Embora a cor da empregada seja uma característica pouco nomeada pelos entrevistados, sabemos que as mulheres negras ou, de todo modo, percebidas como não brancas, foram tratadas e representadas ao longo da história como corpos sexualmente disponíveis para os homens brancos abastados.³⁷ Há um deslocamento contínuo entre classe e cor no que se refere à figura da empregada: historicamente, sua condição é a de uma mulher negra ou não branca, sua cor é quase produto da sua condição social e de trabalho.

Os relatos examinados descrevem uma experiência da sexualidade masculina, produzida e condicionada por modelos culturais precisos, veiculados por homens adultos da própria família e reproduzidos em grupos de amigos, segundo os quais é necessário, e *normal*, ter à disposição mulheres de extração social mais baixa com quem desafogar um desejo sexual visto como instintivo e incontrolável. Aqui, a normalidade é referida à percepção de uma sexualidade masculina não mediada por elementos sociais e vista como necessidade natural.³⁸ Portanto, as entrevistas restituem uma contradição: por um lado, descreve-se um condicionamento e uma prática cultural; por outro, a sexualidade masculina na adolescência é descrita e sentida como manifestação natural, instintiva. A continuidade entre empregada e prostituta baseia-se justamente no fato de a sexualidade dessas duas figuras estar a serviço do homem branco de classe média. Trata-se de uma sexualidade cuja função é “acolher” uma sexualidade masculina impulsiva, representada como uma necessidade natural, que deve encontrar uma válvula de escape adequada. Essa definição e essa experiência da sexualidade masculina não deixam espaços de igualdade.

Tabet nota como os direitos dos homens são os não direitos das mulheres. Seguindo essa observação, podemos reconhecer como o direito dos homens jovens a uma sexualidade que se exprima livremente em seu caráter “instintivo” equivale a um não direito de todas as mulheres nomeadas: o não direito das mulheres da mesma classe social que eles de gerir livremente a própria sexualidade pré-matrimonial; o não direito das empregadas de não sofrer abusos sexuais; e o não direito das prostitutas a não ter de sofrer o estigma da prostituta por vender uma sexualidade de serviço. Para as três tipologias de mulheres, o que falta é

³⁷ GIACOMINI, 1988.

³⁸ Paola TABET, 2004.

³⁹ TABET, 2004.

⁴⁰ Em parte, também por mim mesma, através das perguntas em que eu me referia a experiências de “iniciação sexual” com o objetivo de deixar meus interlocutores à vontade.

justamente a ideia de que as mulheres possam ser sujeitos de sexualidade e desejo.³⁹

O que mais impressiona nos trechos referidos é que essas relações não foram apresentadas⁴⁰ como violências, mas como uma expressão legítima da relação de domínio dos homens entrevistados sobre as empregadas. Apenas um entrevistado usou a palavra “estupro” para se referir a essas relações. É como se, nas palavras dos entrevistados, houvesse uma dupla consciência: há a consciência da violência exercida ou possível e a diluição dela através de sua normalização e da sensação de que era um direito deles, de modo a produzir uma não consciência da violência, a sua negação.

A iniciação sexual com as empregadas e as prostitutas é não apenas uma iniciação, através da violência, em uma sexualidade heterossexual, baseada na desigualdade da experiência sexual entre homens e mulheres e na definição da sexualidade feminina como *funcional* em relação à masculina. Trata-se de uma iniciação também em uma relação de domínio, de poder dentro das relações de classe e entre grupos de cor: poderíamos dizer que também é uma iniciação em uma branquitude generizada, heterossexual e classista. Nas relações descritas, produz-se simultaneamente uma posição de hegemonia dentro das relações entre sexos, entre grupos de cor e entre classes. Essa experiência de hegemonia é incorporada, inscrita no corpo e reproduzida em seus gestos, a ponto de ser sentida como condutural. Também notou-se que os entrevistados, na leitura da relação sexual com a empregada, privilegiam mais as desigualdades de classe e gênero e menos as de cor. Em particular, sua cor branca é incorporada em sua classe privilegiada; é tão evidente que se torna invisível, por isso é raramente nomeada como elemento relevante da relação de domínio descrita.

Poderíamos dizer que o sexo com a empregada é um modo de pôr em prática o gênero masculino, que produz um gênero masculino heterossexual branco de classe média. Aqui, a ideia do gênero como *performance*, no sentido de uma ação repetida que produz uma posição,⁴¹ deve ser especificada à luz de um dado: nem todos os entrevistados tiveram esse tipo de relação, e aqueles que a tiveram declararam que ela faz parte do passado. No entanto, todos a reconhecem como uma relação produtora de sentido próprio por aquilo que concerne ao seu conteúdo de branquitude, de masculinidade heterossexual e de classe média. Nesse caso, mesmo sem experimentar a relação de “iniciação sexual” com uma empregada ou prostituta e mesmo que ela não seja repetida de modo contínuo, o fato de a relação ser praticada por outros, culturalmente aceita e reproduzida através de discursos e brincadeiras permite a todos participar da definição de gênero masculino branco de classe média.

⁴¹ Judith BUTLER, 1990; 2004.

Referências

- AHMED, Sara. "Declarations of Whiteness: The Non-Performativity of Anti-Racism." *Borderlands ejournal*, v. 13, n. 2, 2004. Disponível em: <borderlands.net.au/vol3no2_2004/ahmed_declarations.htm>. Acesso em: 8 abr. 2013.
- ÁVILA, Maria Betânia. "Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil". In: COSTA, Albertina et al. (Orgs.). *Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo*. Recife: SOS Corpo, 2010. p. 115-144.
- BERNADINO-COSTA, Joaze; FIGUEIREDO, Ângela; CRUZ, Tânia (Orgs.). *A realidade do trabalho doméstico na atualidade*. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2011.
- BRITES, Jurema. "Serviço doméstico: um outro olhar sobre a dominação". In: LISBOA, Maria Regina; WEIDENER MALUF, Sônia (Orgs.). *Gênero, Cultura e Poder*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 111-132.
- _____. "Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores". *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- _____. *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. "Instruídas e trabalhadeiras. Trabalho feminino no final do século XX". *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 157-196, 2002.
- CORRÊA, Mariza. "Sobre a invenção da mulata". *Cadernos Pagu*, n. 6/7, p. 35-50, 1996.
- FRANKENBERG, Ruth. "Mirage of unmarked whiteness." In: BRANDER RASMUSSEN, Birgit et al. (Orgs.). *The Making and Unmaking of Whiteness*. Durham, London: Duke University Press, 2001. p. 72-96.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- GIACOMINI, Sonia. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. "Beleza mulata, beleza negra". *Revista Estudos Feministas*, n. 2, p. 217-227, 1994.
- _____. "Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação". *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 85-101, jan./abr. 2006.
- GILLIAM, Angela e Onik'a. "Negociando a subjetividade da mulata no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 525-543, 1995.
- GOLDESTEIN, Donna. *Laughter out of Place. Race, Class, Violence, and Sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2003.

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. "Patologia social do 'branco' brasileiro". In: _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limit, 1957. p. 171-192.
- HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA Nelson do. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Situação atual das trabalhadoras domésticas no país*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Comunicados do Ipea, 90).
- KERGOAT, Danièle. "Dynamique et consubstancialité des rapports sociaux." In: DORLIN, Elsa (Org.). *Sexe, Race, Classe, pour une épistémologie de la domination, Actuel Marx Confrontation*. Paris: PUF, 2009. p. 111-126.
- KOFES, Maria Suely. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação patroas empregadas*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- LIMA, Márcia. "Trajetória educational e realização sócio-econômica das mulheres negras". *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 489-495, 1995.
- LOVELL, Peggy A. "Race, Gender and Work in São Paulo, Brazil, 1960-2000". *Latin American Research Review*, v. 41, n. 3, p. 63-87, Oct. 2006.
- MCCALL, Leslie. "The Complexity of Intersectionality." *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- MCCALLUM, Cecilia. "Racialized Bodies, Naturalized Classes: Moving through the City of Salvador da Bahia." *American Ethnologist*, v. 32, n. 1, p. 100-117, Feb. 2005.
- MELO, Hildete Pereira de. "Feminists and Domestic Workers in Rio de Janeiro." In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO GARCIA, Mary (Orgs.). *Muchachas no More. Household Workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 1989. p. 245-267.
- _____. *Serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Texto para discussão n. 565. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- NASH, Jennifer C. "Re-thinking intersectionality." *Feminist Review*, v. 89, n. 1, p. 1-15, 2008.
- OLIVEIRA, Anazir Maria de; CONCEIÇÃO, Odete Maria da. "Domestic Workers in Rio de Janeiro: Their Struggle to Organize." In: CHANEY, Elsa M.; CASTRO GARCIA, Mary (Orgs.). *Muchachas no More. Household Workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press, 1989. p. 363-372.

- OWENSBY, Brian P. *Intimate Ironies: Modernity and the Making of Middle Class Lives in Brazil*. Standford: Standford University Press, 1999.
- PAIXÃO, Marcelo. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003.
- PINHO, Patrícia de Santana; SILVA, Elizabeth B. "Domestic Relations in Brazil. Legacies and Horizons." *Latin American Research Review*, v. 45, n. 2, p. 90-113, 2010.
- PIZA, Edith. "Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu". In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, SEF, 2000. p. 97-126.
- _____. "Porta de vidro: entrada para branquitude". In: CARONE, Iray; SILVA BENTO, Maria Aparecida (Orgs.). *Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 59-90.
- RIBEIRO COROSSACZ, Valeria. "Bianchezza e meticcio. Note etnografiche, classificazioni sociali e silenzi nel contesto brasiliano". *Studi Culturali*, v. 7, n. 1, p. 87-102, 2010a.
- _____. "L'apprendimento della mascolinità tra uomini bianchi di classe medio-alta a Rio de Janeiro." In: RIBEIRO COROSSACZ, Valeria; GRIBALDO Alessandra (Orgs.). *La produzione del genere. Ricerche etnografiche sul femminile e sul maschile*. Verona: Ombrecorte, 2010b. p. 113-133.
- _____. "What makes a white man white? Definitions teetering between color and class among white men in Rio de Janeiro." *Graduate Journal of Social Science*, v. 9, n. 1, p. 22-45, 2012.
- _____. "Whiteness, Maleness and Power: a study in Rio de Janeiro." *Latin American & Caribbean Ethnic Studies*, v. 10, 2015. No prelo.
- SANTOS, Rosana de Jesus dos. *Corpos domesticados: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros – 1959 a 1983*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.
- TABET, Paola. "La gran estafa: intercambio, expoliación, censura de la sexualidad de las mujeres". In: CALOT- TSCHOPP, Marie-Claire; VELOSO BERMEDO, Teresa (Orgs.). *Tres feministas materialistas. Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Paola Tabet*. Concepción: Escaparate Ediciones, 2012. p. 149-198. (Racismo/Sexismo, Esencialización/Naturalización Consentimiento, v. 2).

[Recebido em abril de 2013,
reapresentado em fevereiro de 2014
e aceito para publicação em abril de 2014]

Color, Class, Gender: Sexual Apprenticeship and Relationships of Domination

Abstract: In this paper I discuss apprenticeship experiences of a heterosexual, racialized and class based sexuality in a group of upper-middle class men self-identifying as white, ranging from 43 to 60 years old, in Rio de Janeiro. I examine respondents' accounts on what was defined during the interview as "sexual initiation" with female domestic workers or prostitutes during their adolescence. I concentrate on the analysis of a relationship of domination as it is described by who exercises domination. This analysis discloses how these experiences participate in the production of men's sexuality, and at the same time determine their color and class identity.

Key Words: Brazil; Whiteness; Class, Gender and Color Intersection; Upper-Middle Class White Men; Female Domestic Workers.